Serra do Japi (SP): O Patrimônio Natural frente à urbanização

Vitória Eichenberger*, Maria Tereza Duarte Paes.

Resumo

Esta pesquisa buscou compreender as particularidades do reconhecimento do patrimônio natural da Serra do Japi pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). O estudo desta região, realizado a partir da análise do processo de tombamento, de pesquisa em jornais e na elaboração de mapas, permitiu a compreensão de aspectos sociais e naturais para sua designação e a identificação das principais pressões urbanas que a área sofre nessa região de urbanização concentrada.

Palavras-chave: Patrimônio natural, Áreas críticas, Serra do Japi.

Introdução

A presente pesquisa buscou compreender as mudanças de significado de valores atribuído ao patrimônio natural, desde suas origens históricas – como uma extensão do patrimônio cultural e como monumento, que remetia aos valores cênicos e paisagísticos – até suas diferenças entre os territórios, como diferentes critérios de definição estabelecidos entre os países, e mesmo dentro do território, como foi verificado no Brasil. Para a compreensão do patrimônio natural da Serra do Japi, foram investigados os valores atribuídos ao patrimônio na escala do território brasileiro e as particularidades apresentadas no estado de São Paulo. O documento “Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no estado de São Paulo”, escrito por Aziz Ab’Sáber (1977), foi uma importante orientação para a definição de novos critérios de reconhecimento de áreas naturais pelo Condephaat, e possibilitou o tombamento da Serra do Japi, da Serra do Mar e outras áreas naturais no estado.

Resultados e Discussão

A área em que a Serra do Japi está inserida foi identificada como uma *área crítica* (Ab’Sáber, 1977) e ecologicamente estratégica, devido sua localidade entre grandes aglomerações e vulnerabilidade à expansão urbana, entre as regiões metropolitanas de Campinas e São Paulo, e a expansão urbana dos municípios do entorno, com destaque para Jundiaí e Cabreúva (Figura 1). Nesse caso, os valores estéticos não foram o principal critério para o tombamento, mas, sim, os conflitos de uso entre grupos de interesses distintos e o significado social da serra para a região.

Figura 1. Área tombada da Serra do Japi (delimitado em vermelho), e expansão urbana dos municípios (2016). Elaborado pela autora.

O primeiro aspecto pode ser observado nos conflitos de interesses durante as tramitações do processo – aberto

em 1974 e aprovado nove anos depois, em 1983 e, mesmo após o tombamento, quando os proprietários que queriam explorar economicamente a Serra foram contra as ações de proteção e as diretrizes do tombamento.

Em cartas e depoimentos presentes no processo, estes conflitos são evidentes, confirmando o importante papel da posição firme do Condephaat, apoiado pela comunidade científica e pela sociedade civil. O significado social do tombamento da Serra do Japi foi identificado pela mobilização da população diante do mesmo, através da realização de protestos e denúncias às agressões que a serra vinha sofrendo, além da participação de excursões ecológicas, eventos e exposições sobre a região. Isto nos revela um aspecto fundamental para o reconhecimento do patrimônio, visto como um fato social, em que a sociedade se vê como um sujeito histórico para a preservação das áreas naturais.

Apesar destas ações, as pressões na região são intensas, sob pretexto econômico e da visão da natureza como recurso a ser explorado. Vale destacar as pressões recorrentes de condomínios de alto padrão na região, processo que acelerou a valorização da paisagem natural e a sua elitização. Neste caso, ao mesmo tempo em que o *marketing* das empresas imobiliárias utiliza os símbolos da conservação da natureza como qualidade de vida, coloca a localização privilegiada, próxima à Rodovia Anhanguera e Bandeirantes, com fácil acesso à São Paulo e Campinas, como estratégica para o consumo desta paisagem.

Conclusões

A presente pesquisa revelou a importância do Condephaat a partir da elaboração de novas diretrizes para o tombamento de áreas naturais no estado de São Paulo, em um contexto onde as pressões relacionadas aos interesses políticos, econômicos e mercadológicos são recorrentes.

Neste sentido, verificou-se, junto à atuação do Condephaat, a importância da sociedade civil e da comunidade científica para o reconhecimento e manutenção do patrimônio natural no estado, como foi verificado no caso da Serra do Japi.

Agradecimentos

Ao CNPq/PIBIC pela concessão da bolsa de Iniciação Científica e à Profª Maria Tereza Duarte Paes pela orientação da pesquisa.

AB’SÁBER, Aziz Nacib. *Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo*. Vol. 30. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1977.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Processo de Tombamento nº 20814/79, São Paulo, 1983.